

27/1/1985

Clima de tensão ainda persiste na região de Ribeirão Preto

Núnzio Briguglio

Quinze dias após o fim dos movimentos grevistas dos trabalhadores rurais da região de Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, apenas 20% do contingente de trabalhadores desempregados (estimado em 10 mil pessoas pelas prefeituras locais) se alistaram nas frentes de trabalho criadas para atenuar a situação pelo menos até o início da safra de 1985. O clima de tensão permanece na área. Há discordância entre líderes sindicais, políticos e empresários quanto à intensidade do drama, quanto aos números, suas causas e origens. Mas o mais grave é a discordância quanto à importância e os desdobramentos do fenômeno social que ocorre naqueles pequenos municípios.

Com a erradicação brutal do café na região Norte do Paraná, e a implantação do binômio soja-trigo, um processo iniciado após as grandes geadas de 1975, as plantações daquela região começaram a tornar-se desertas. Seus habitantes se dividiram e saíram em busca de uma alternativa de vida. Uma parte foi para a grande fronteira agrícola da Amazônia Ocidental, outra parte procurou as periferias dos grandes centros urbanos. E uma terceira procurou alternativa no ressurgimento da atividade canavieira, enfunada pelos cruzeiros fáceis e subsidiados do Proálcool.

O secretário Almir Pazzianotto Pinto, 48, cotado para o Ministério do Trabalho do governo Tancredo Neves, vem acompanhando o problema desde a origem. Logo após sua posse como secretário das Relações do Trabalho no governo Montoro, em 1983, ele chamou a atenção das autoridades de seu governo e dos empresários para a situação dos bóias-frias. Pazzianotto entendia e entende que a mobilização dos trabalhadores urbanos e o decorrente nível de conscientização política seria suficiente para resistir, por exemplo, à cruel recessão que atingiu o setor metalúrgico no início do ano passado. O mesmo, segundo ele não ocorreria entre os trabalhadores rurais.

Pazzianotto foi o principal instigador de um plano batizado de "Proposta de políticas emergenciais para o desemprego sazonal dos bóias-frias", datado de outubro do ano passado. Trata-se, em síntese, de uma proposta de atenuamento do drama provocado pelos longos períodos de entressafra, pela implantação cada vez maior da monocultura e o desaparecimento de outras culturas.

A proposta do governo Montoro esbarrou, entretanto, na pluralidade política das questões provinciais. Em outras palavras: empréstimos, prefeitos municipais, e líderes sindicais, na maioria das vezes por diferenças locais relevaram a sua ampliação. O caso do Município de Guariba, distante 360 quilômetros da Capital, é típico. O prefeito Evandro Vitorino, 40, do PMDB, e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, José de Fátima, 28, filiado ao PT, não se entenderam nem mesmo quando a dramaticidade da situação exigiria uma superação das rusgas pessoais. Para agravar, os líderes empresariais não aceitaram o diálogo com o sindicato local, agindo burocraticamente que ele não é reconhecido pelo Ministério do Trabalho e que, portanto, não servia como canal de negociação.

A proposta Montoro, ainda que tibia, não serviu nem como remédio temporário. E o vazio de ação, em contraposição à realidade dos desempregados, é apontado como o responsável pelas ameaças de saque (como a que ocorreu em Sertãozinho), as depredações (como ocorreu em Guariba), e a resistência feroz (como ocorreu em Barrinha). Daí para a violência

policial, a truculência de uma corporação ainda desacostumada a lidar com movimentos sociais, foi um passo muito curto.

Confronto

Hoje, 15 dias depois dos incidentes, como informa o presidente da Fetaesp, Roberto Horiguti, 44, a tensão decorre muito mais do confronto entre os trabalhadores empregados nas usinas que sobem todas as manhãs nos caminhões e aqueles que ficam nas praças à espera dos gatos e dos feitores para conseguir voltar ao trabalho. Cada vez mais o orgulho dos que trabalham desabam nos que estão em emprego. Ouve-se muito a palavra vagabundo. E essa é a maior provocação que pode haver entre trabalhadores rurais.

"Os vagabundos vão trabalhar de garis". Este conceito, que percorre o meio rural da região, está sendo capaz de encher de brios uma boa parte dos desempregados. Isso e a constatação de que os poucos que aderiram às chamadas frentes de trabalho — criadas quase que por força de intervenção do Estado para acalmar a situação — são convocados para carpir o mato das ruas, limpar bueiros e outros serviços deste porte. Dados das prefeituras de Guariba, Barrinha e Sertãozinho dão conta que apenas 20% dos trabalhadores desempregados da região estão se alistando nestas frentes para ganhar um salário mínimo mensal.

Essa adesão irrelevante às frentes de trabalho tornou incandescentes a reunião da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, quinta-feira passada, convocada na verdade para avaliar os futuros efeitos das geadas da Flórida sobre a citricultura brasileira. O empresário Estevão Salvagni, 42, desmentia enfático que houvesse desemprego na região de Ribeirão Preto. E perguntava: "Onde estão os milhares de desempregados que não se alistam nas frentes de trabalho?"

Salvagni talvez tenha sido enfático demais. Principalmente quando tentou desmentir a dramaticidade de uma situação que levou o presidente do seu órgão de classe, Fábio Meirelles, 56, a romper a situação e sentar-se à mesa de negociações com o presidente da Fetaesp, abrindo o canal para o estabelecimento de um acordo coletivo, legal e reconhecido, que regulará o relacionamento entre patrões e empregados. Uma conquista que enfrentou até agora a mais férrea resistência dos empresários rurais.

Na verdade, o próprio Salvagni aproveitando uma frase lançada displicentemente na reunião — "que tem que parar é o setor produtivo" — revela que a solução de todos esses conflitos está em um reordenamento da agricultura nacional. E não esconde a insatisfação dos usineiros do açúcar e do álcool com a política vigente do governo federal, fazendo antever que o nosso governo Tancredo Neves, entre outros problemas, serão pressionado a redimensionar a política canavieira.

Bem mais claro na sua argumentação, o Sindicato dos Produtores de Açúcar e Álcool, através de seu diretor, Werther Annicchino, 47, coloca que a questão do desemprego rural deve ser analisada com mais seriedade. Ele explica, por exemplo que a questão da sazonalidade fatalmente terá que ser repassada nos custos de produção. E diz: "O nível de reivindicação do trabalhador do campo tem que acompanhar o trabalhador da cidade. Este elemento de equilíbrio é o único capaz de impedir o êxodo campo-cidade, cidade-campo, uma das causas claras do nível de desemprego na região de Ribeirão Preto".

Annicchino deixa claro que o seu sindicato tem percepção da realidade do trabalhador rural e dos problemas decorrentes da sazonalidade de cana-de-açúcar. Ele fala na convicção de que as condições de trabalho não são excepcionais e de um consenso que devem ser melhorados. Mas deixa claro também que, com a atual política de controle governamental da atividade canavieira, os empresários estão com os braços amarrados.

Não se pode esperar que a situação permaneça potencialmente tensa mas praticamente controlada na região dos conflitos por tempo indeterminado. Nem se pode esperar que com a chegada da safra de 85, em abril, os problemas todos sejam resolvidos.

O alerta é conjunto, feito pelos dirigentes da Central Única dos Trabalhadores e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, aceito pelo secretário Pazzianotto pela Faesp. Todos admitem com clareza que a tendência é ganhar uma dimensão geograficamente maior na época da safra, igualmente um consenso em que o governo Tancredo Neves deve pautar por uma solução objetiva do problema, estrutural, capaz de satisfazer trabalhadores e empresários. Quanto a isso, o presidente nacional do PT, Luís Inácio Lula da Silva um alerta: "Esta questão só será resolvida na medida em que o nosso governo implante uma política agora seria capaz de garantir a cada trabalhador rural o acesso ao emprego a um pedaço de terra. Caso contrário, nós viveremos nos próximos anos o maior conflito entre patrões, empregados e governo de toda a história deste País".

(Primeiro Caderno — Página 31)